

CARTA ABERTA AOS ANTIMUNDIALISTAS

Guy Verhofstadt

Folha de S. Paulo, 24 de setembro, 2001.

Aos antimundialistas:

Seattle, Gotemburgo, Gênova... Dezenas de milhares de pessoas saem às ruas para proclamar as suas opiniões. Uma lufada de ar fresco nesta era pós-ideológica. Não fosse pela violência gratuita, teríamos a tentação de aplaudir. O mérito do movimento antimundialista é o de fazer um contrapeso numa época em que a política se tornou tão estéril, enfadonha e técnica. Essa contestação é benéfica para a democracia. Mas, dirigindo-me aos antimundialistas, pergunto: no fundo, que querem dizer exatamente? Querem agir com violência contra todas as formas de propriedade privada? Ou promover o movimento "slow food", um clube que publica folhetos luxuosos que elogiam o consumo de alimentação correta nos melhores restaurantes?

De onde saem, de repente, todas essas acusações contra a mundialização? Até há pouco, os intelectuais progressistas cantavam também eles loas ao mercado mundial, considerado como portador do bem e da prosperidade em países que apenas tinham conhecido a pobreza e o declínio. E com razão. A experiência mostra que cada ponto percentual suplementar de abertura da economia de um país gera um aumento do rendimento per capita desse país. Isso explica a riqueza dos habitantes de Cingapura, uma riqueza que contrasta radicalmente com a pobreza que reina numa economia fechada como a de Mianmar. Em resumo, até Seattle, a mundialização não era considerada como um pecado, mas como um benefício para a humanidade. Em oposição radical à extrema-direita que não pára de se lamentar sobre a perda de identidade. Mas, desde então, também os antimundialistas tratam a mundialização como uma espécie de peste que espalha pobreza e perdição.

A mundialização e a superação das fronteiras podem, é bem evidente, degradar-se rapidamente num "egoísmo sem fronteiras". Aos olhos do Ocidente rico, o comércio livre é uma evidência. Mas já o é muito menos quando se trata de produtos que podem prejudicar a sua própria economia, como o açúcar proveniente dos países do Terceiro Mundo ou os têxteis da África do Norte. Esse tão proclamado comércio livre mundial efetua-se frequentemente em sentido único, do Norte rico para o Sul pobre, e não o contrário.

Mas vejo também contradições na vossa visão de antimundialistas. Atacais as cadeias de comida rápida americanas, a soja geneticamente modificada por multinacionais, as marcas mundiais que determinam o comportamento dos consumidores. Alguns de vós preconizam o regresso a uma dimensão mais modesta, a uma escala menor. É necessário

regressar aos mercados locais, à comunidade local. Exceto quando se trata de imigração! Aí, a mundialização passa a ser o objetivo. Há cortejos de expatriados vagueando ao longo das fronteiras da Europa e da América do Norte, a contemplar as vitrinas da nossa sociedade da abundância? Milhões de "sem-papéis" vivem como párias desenraizados nas mais miseráveis condições, na esperança de poderem também eles rebuscar uma pequena parte desta riqueza ocidental? Não foi precisamente a falta de comércio livre e de investimento que os empurrou a caminho do Ocidente?

Inversamente, antimundialistas preconizam ardentemente a tolerância em relação a numerosos modos de coabitação e de estilos de vida. Mas não é precisamente graças à mundialização que vivemos hoje numa sociedade multicultural, tolerante, que torna tudo isso possível? Pensava eu que essa nostalgia das comunidades locais acanhadas de outrora só obcecava os conservadores e o seu culto do passado, os adeptos da extrema-direita que só têm olhos para a sua própria raça ou os fanáticos religiosos que bradam a Bíblia ou o Alcorão. Assim, uma franja importante do movimento antimundialista, mesmo sem ter consciência disso, namora perigosamente a extrema-direita ou a direita populista, com a diferença que os primeiros se opõem às multinacionais devido aos pretensos prejuízos provocados ao Sul, enquanto a extrema-direita, como a encarna Le Pen na França, as vilipendia em nome do controle da economia nacional.

É certo que formulais muitas vezes as perguntas justas. Mas será certo que formulais igualmente as boas respostas? Quem ousaria ainda negar as alterações climáticas e o aquecimento do planeta? Mas não é somente por meio de acordos mundiais que poderemos enfrentá-los? Quem negaria o interesse do comércio livre mundial para os países mais desprotegidos? Mas não exige isso justamente normas mínimas mundiais, tanto sociais como ecológicas? Tomemos, por exemplo, o caso dessas especulações imorais contra as moedas fracas, como acontecia há alguns anos com o peso mexicano ou o ringgit malaio. Não é graças às zonas monetárias mais vastas, graças pois à mundialização, que essa especulação pode ser eficazmente combatida, já que a especulação contra o dólar ou contra o euro tem um efeito sobre os especuladores mais dissuasivo do que qualquer imposto?

Na minha opinião, ser a favor ou contra a mundialização sem espírito crítico não faz sentido. A questão que se põe é, sim, a de saber como é que o homem da rua, incluindo os menos favorecidos, pode se beneficiar das vantagens manifestas da mundialização sem sofrer com as suas perversidades. Quando poderemos estar certos de que a mundialização é benéfica, não apenas para um pequeno grupo de favorecidos, mas também para a grande massa dos desamparados do terceiro mundo?

Repito, as inquietações dos antimundialistas são corretas. Mas para encontrar boas respostas a essas questões legítimas, precisamos de mais, e não de menos, mundialização, como indica igualmente James Tobin. É aí que se situa o paradoxo da antimundialização. A mundialização tem um verso e um reverso. Precisamos por isso de uma abordagem global e ética, simultaneamente do ambiente; das relações profissionais e da política monetária. Em outras palavras, o desafio está não em frear a mundialização, mas em enquadrá-la eticamente. Eu a nomearia "mundialização ética", um triângulo constituído por livre comércio, conhecimento e democracia. Ou em outras palavras: o comércio, a cooperação e a prevenção dos conflitos.

A democracia e o respeito dos direitos do homem constituem a única maneira duradoura de evitar a violência e a guerra e de aceder ao comércio e à prosperidade. No

entanto, a comunidade internacional não conseguiu ainda impor uma proibição global das armas leves ou criar um tribunal penal internacional permanente.

Além disso, é necessária maior ajuda por parte do Ocidente rico. Não será vergonhoso que milhões de pessoas não disponham ainda de cuidados médicos e de um ensino de qualidade? O comércio por si só não poderá retirar os países menos desenvolvidos da sua situação. E mesmo com um comércio mais intenso, será necessária maior cooperação para o desenvolvimento com vista à construção de portos e estradas, para a criação de escolas e de hospitais, para o desenvolvimento de um sistema jurídico estável.

Por fim, é necessário tornar o comércio mundial mais livre. A liberalização de todos os mercados provocaria um aumento do rendimento dos países em vias de desenvolvimento de US\$ 700 bilhões por ano, 14 vezes mais que o montante total da ajuda ao desenvolvimento atualmente prestada. Acabemos com o dumping dos excedentes agrícolas ocidentais nos mercados do Terceiro Mundo. Terminemos com as exceções injustas para bananas, arroz ou açúcar. A exceção só deve manter-se para as armas. "Everything but arms", tudo exceto as armas, deve tornar-se a divisa das futuras negociações da Organização Mundial do Comércio.

Mais comércio livre, mais democracia e maior respeito aos direitos do homem, maior cooperação para o desenvolvimento. Será isso suficiente para realizar a mundialização ética? Claro que não! O que falta é um instrumento político que possa impô-la. Uma resposta política mundial tão forte como o mercado mundializado que já existe. O G8 dos países ricos deve ser substituído por um G8 das associações de cooperações regionais existentes. No âmbito desse G8, o Sul ocuparia um lugar importante e justo, o que permitiria canalizar adequadamente a mundialização da economia. Em outras palavras, um fórum em que as associações de cooperação continentais mais importantes se encontrem em pé de igualdade: União Européia, União Africana, Mercosul, Asean, Acordo Norte-Americano de Comércio Livre, etc. Esse novo G8 tornar-se-ia o fórum dos acordos vinculativos sobre as normas éticas globais relativas às condições de trabalho, à propriedade intelectual, à "boa governabilidade". Ao mesmo tempo, esse G8 renovado poderia enviar as orientações e incentivos necessários às grandes instituições internacionais e aos fóruns de negociação como a OMC, o Banco Mundial, Kyoto. Um G8 já não dominado pelas grandes potências, mas em que todos os membros da nossa sociedade global estariam representados. Um G8 capaz de formular uma resposta radical a problemas mundiais como o tráfico de seres humanos.

Vimos já um processo desses num estágio embrionário por ocasião das negociações do Protocolo de Kyoto em Bonn, no qual finalmente se conseguiu uma abertura graças aos acordos entre o "Umbrella Group", a União Européia e o grupo dos países menos desenvolvidos, contra a vontade da maior potência mundial, os Estados Unidos.

É evidente, não devemos esperar o primeiro encontro do novo G8 para lançar a mundialização ética. Podemos esboçá-la no nosso próprio espaço europeu. Por que não analisar cada decisão tomada em nível europeu à luz da sua incidência sobre a situação dos mais desfavorecidos do planeta? Contribui ela para superar ou aumentar ainda mais o abismo entre o Norte rico e o Sul pobre? Favorece ou complica a gestão dos problemas ecológicos mundiais? E nesse âmbito por que não solicitar o parecer de "sábios" exteriores à União? Precisamos de fato tentar ver mais longe que o interesse europeu. Pois mesmo quando estamos imbuídos das melhores das intenções, os interesses de uma multinacional

petrolífera ou dos cultivadores europeus de beterraba açucareira nos são nos mais caros que a sorte do povo Ogoni no delta do Níger ou que o fraco rendimento dos trabalhadores das plantações de cana-de-açúcar na Costa Rica.